



VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR

"Movilidad, Gobernabilidad e Integración Regional"

Mar del Plata, Argentina

29 de Noviembre al 1º de Diciembre de 2007



ÁREA TEMÁTICA – INTEGRAÇÃO REGIONAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Autores: Dante Girardi.
Chames Maria Gariba.
Antonio Marcos Feliciano.
Edis Mafra Iapoli.
Marilys de Souza Barreto.

Título: Universidade e a Importância das Iniciativas Empreendedoras.

Resumo

O presente artigo traz reflexões a respeito da universidade, remontando os idos de sua criação alcançando a contemporaneidade, na busca de um equilíbrio criativo diante das transformações sociais. Continuamente a sociedade é desafiada a encontrar formas de atuação com os avanços científicos e tecnológicos. Assim, vem sendo fomentada a idéia de diferentes práticas no intuito de mudar e de inovar as atividades sociais, potencializando-se o ser humano para o desenvolvimento de um espírito empreendedor, neste contexto globalizado.

Palavras-Chave: Universidades Empreendedoras. Empreendedorismo. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

No panorama atual, observa-se mudanças na economia e na realidade do mercado de trabalho que dependem primordialmente da capacidade de inovação nos produtos e processos que impulsionam, cada vez mais, pessoas a adotarem posturas empreendedoras, frente ao mundo competitivo. Esta capacidade de acordo com Petri (2007) está baseada num elevado nível de conhecimento profissional. Na premência de apresentar inovações, a indústria se volta para o local privilegiado de geração do Conhecimento e Tecnologia, que é a Universidade.

Nessa dinâmica, os processos formativos caracterizam-se por sua atualização e renovação em seus conteúdos. Marques (2007) afirma que esta deve ser a postura das

Instituições de Ensino Superior. Se por um lado muitas Instituições já começam a se movimentar no sentido de buscar uma realidade interna que atenda as necessidades dos alunos para este novo mundo, por outro lado, os atuais sistemas de ensino tradicionais, têm-se apresentado de acordo com Preti (2007, p.18) “[...] incapazes de atender as necessidades massivas, diversificadas e dinâmicas de educação e formação de adultos”.

As universidades neste contexto, necessitam de estratégias gerenciais empreendedoras voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade, entretanto, sem mercantilizar seu ensino. A reflexão que se faz é no sentido de que as universidades necessitam desenvolver de forma mais efetiva o espírito empreendedor, isto é, sua capacidade de criar, desenvolver e de mudar o *status quo* possibilitando que o empreendedorismo faça cada vez mais parte dos currículos nos cursos de nível superior, criando-se assim um novo conceito de Universidade.

Novo e Melo (2004) relatam que nas Universidades Americanas a quase 30 anos já vem se desenvolvendo esse espírito empreendedor, demonstrando resultados positivos tanto para os profissionais como para a sociedade em geral. Percebe-se um debate constante no que tange aos sistemas econômico e social de um determinado país no qual dependem substancialmente, do fortalecimento e da credibilidade das instituições superiores públicas (MELO, 2002). O Brasil ciente destas transformações também vem efetuando reflexões nos mais diversos setores da sociedade, ao mesmo tempo, buscando alternativas nos segmentos de ensino, pesquisa e extensão.

2 EMPREENDEDORISMO

2.1 Conhecendo o Empreendedorismo

Os desafios, que a aceleração tecnológica traz, geram a preocupação em criar novas estratégias, que pode ser caracterizado como forma de sobrevivência ou realização pessoal. Daí surge a figura do empreendedor, cujo perfil delineia um profissional bem preparado para enfrentar os desafios da economia globalizada e competitiva, angariando mais sucesso quanto mais empreendedor for o negócio.

O termo empreender deriva da palavra latina, “*imprehendere*” incorporada no Século XV à língua portuguesa. De acordo com Bueno (2000, p. 223), a expressão empreendedora significa “ter iniciativa”, e emergiu no Século XVI, na língua portuguesa. Contudo, de acordo com Barreto (1998) e Uriarte (2000), a palavra empreendedorismo importada do inglês “*entrepreneurship*”, vem de “*entrepreneur*”¹, palavra francesa que significava “aquele que incentivava brigas” (DOLABELA 1999a, p. 47) e do sufixo “*ship*”, que indica posição, qualidade, habilidade, grau, relação. A partir do Século XVIII, passou a se traduzir como aquele que cria, conduz projetos e empreendimentos.

Para Gomes (2006, p. 34), em conformidade com a visão Schumpeteriana,

o desenvolvimento econômico processa-se com o auxílio de três fatores fundamentais: inovações tecnológicas, crédito bancário e empresário inovador – agente capaz de realizar com eficiência as

¹ Esta palavra já era utilizada no séc. XII (Dolabela 1999, p. 47).

novas combinações, mobilizar crédito bancário e empreender um novo negócio.

O campo do empreendedorismo é vasto e diverso. Em muitos países o empreendedorismo tem sido o centro das políticas públicas, no sentido de favorecer o aparecimento do negócio próprio. Segundo Vieira (2001), nos Estados Unidos, as pessoas ligam o empreendedorismo a pequenos negócios, na Inglaterra, falam em pequenas firmas e, no Brasil, as referências são para os criadores de pequenos negócios.

Conforme Dolabela (1999a), o empreendedorismo passa por duas correntes de definição: a econômica, na qual os pioneiros economistas associam o empreendedor à inovação e a comportamentalista que enfatiza aspectos relacionados a atitudes, como, por exemplo criatividade e a intuição.

O primeiro a utilizar o termo *entrepreneur* na teoria econômica foi Richard Cantillon em 1755, um bem-sucedido banqueiro do séc. XVIII na França. Cantillon tinha uma noção de empreendedor que se assemelhava àquela de muitos autores contemporâneos, que serão vistos posteriormente. Ele via o empreendedor como um inovador, contudo alguém que não lidava só com inovação, mas também investia e corria riscos com seu dinheiro para a tomada de decisão. Para ele, o empreendedor era aquele que comprava matéria-prima por um preço certo para revender a preço incerto. Com isso, entendia que se o empreendedor lucrasse além do esperado, era porque ele havia inovado. A partir daí, os economistas franceses incorporaram o termo *entrepreneur* à teoria econômica ligando-a à palavra capitalista (DOLABELA, 1999a; FILION, 1999b; UFSC/LED, 2000). Por volta de 1765, o termo *entrepreneur* começou a ser empregado àquelas pessoas que se designavam construtores de pontes, empreiteiros, arquitetos .

Um século mais tarde, em 1803, Jean Baptiste Say foi considerado o pai do empreendedorismo, pois estabeleceu e explicou uma diferença entre os lucros do capitalista e do empreendedor, sendo o primeiro a fazer essa distinção. Drucker (2000) descreve o termo empreendedor elaborado por Say: como aquele que tem a função de transferir recursos econômicos de um setor de produtividade baixa para um setor de produtividade elevada e de maior rendimento. Assim, a palavra *entrepreneur* foi sendo utilizada cada vez mais, à medida que se desenvolviam as atividades empresariais. Os empreendedores, então, diferenciavam-se, na mesma proporção, dos capitalistas, estando estes à disposição dos primeiros para capacitá-los a fazer um bom uso do capital, e os primeiros à disposição dos capitalistas para abrirem negócios (UFSC/LED, 2000).

Na época do apogeu da Revolução Industrial, o número de empresas era cada vez maior. O capitalista que tinha ou gerenciava uma empresa começava a conhecer formas de inovar e superar seus concorrentes. Dessa forma, o empreendedor começa a caracterizar-se como uma pessoa que opera a empresa e não apenas aquela que cria e desenvolve seu próprio negócio. De 1961 até meados de 1980, o trabalho realizado acerca das características comportamentais do empreendedor foi realizado por Mc Clelland que analisou o comportamento das sociedades Americana e Soviética da década de 1950, verificando os fatores que explicavam o apogeu e o declínio dessas sociedades. Concluiu que as gerações que precediam o apogeu foram fortemente influenciadas por modelos centrados em heróis, os quais haviam sido personagens populares na literatura, com quem os jovens se identificavam, aumentando, assim, a necessidade de conquistas entre eles para poderem se aproximar desses heróis da literatura (FILION, 1999b).

McClelland identificou nos empreendedores de sucesso um elemento psicológico crítico, denominado por ele de “motivação da realização” ou “impulso para melhorar”, desenvolvendo, então, de acordo com Haeming (2001, p. 20) “[...] o treinamento da motivação para a realização, cuja finalidade era melhorar tal característica e torná-la aplicável em situações empresariais”. De acordo com Filion (1999b, p. 18), “a partir dessas pesquisas, o papel dos modelos ocupa um lugar preponderante no estudo do empreendedorismo”. O ponto principal dos comportamentalistas consiste em saber “quem é o empreendedor?”, ou seja, analisam a partir de um método funcional, começando do que fazem os empreendedores.

2.2 Empreendedorismo no Contexto Educacional Superior do Brasil

No Brasil, o conceito de empreendedorismo chegou na década de 1970 por meio de algumas universidades, como a Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, que tinham contato com o exterior, principalmente com universidades americanas tais como *Harvard Business School*, *Instituty Massachusetts of Tecnology - MIT*, entre outras (DOLABELA, 1999b).

Conforme Dolabela (2007, p.1)

[...] coube a Schumpeter retirar o empreendedorismo da sua longa hibernação conceitual. A partir da década de 70 do século passado, o empreendedor passou a ser considerado um ator econômico destacado das "forças externas" e começou a merecer a atenção dos acadêmicos. Ao fazer emergir o termo empreendedor, Schumpeter fortaleceu o seu vínculo com a inovação, função presente em quase todos os conceitos sobre o empreendedor.

Assim, na década de 1980, o termo empreendedor foi sistematizado em seus conceitos e conteúdos, tendo início um significativo processo de transformação chamado globalização. As ações mais concretas que começam a aparecer no Brasil são percebidas pela criação do próprio negócio com as incubadoras de empresas², na busca pela auto-realização, iniciativa fortemente ligada ao meio acadêmico.

Na segunda metade dos anos de 1980, alguns pesquisadores resgataram a importância de se continuar os estudos sobre o empreendedor, bem como, definir o que ele faz. Até a década de 1990, houve grande aumento nas pesquisas relacionadas aos traços de personalidade e características do empreendedor, muitas vezes contraditórios, pois as pessoas mudam segundo os contextos e as circunstâncias às quais estão expostas. Isso implica dizer que as características e o comportamento de um trabalhador autônomo recém-ingressado nos negócios são diferentes de empreendedores já estabelecidos; da mesma forma, cabe distinguir o empreendedor artesão e o tecnológico, devendo-se verificar as distinções entre tipos e categorias empreendedoras (FILION, 1999b).

Uma mudança estrutural de economia dirigida para a abertura de mercado foi trazida para o Brasil no início da década de 90 do século XX. A partir de uma nova conjuntura do sistema produtivo, o termo empreendedor começa a ter ênfase, auxiliando empresas nascentes às novas tendências de mercado e para fazer frente às oportunidades abertas pela crescente competitividade. No final da década de 1990, o conceito de

² Constitui um ambiente especialmente planejado para acolher micro e pequenas empresas nascentes e em operação, que buscam a modernização de suas atividades, de forma a transformar idéias em produtos, processos e serviços (SEBRAE, 2002).

empreendedor começou a ser mais estudado, comentado e aplicado. Com as novas tecnologias, acentua-se o desemprego estrutural, aparecendo duas situações no sistema econômico-social brasileiro: primeiro uma grande parte de desempregados sem grau de escolaridade e nem condições e conhecimento para estruturar, planejar e legalizar um negócio, por outro lado, desempregados com preparação acadêmica para o mercado podendo gerar seu próprio negócio. Para estes últimos, torna-se imprescindível o termo empreendedor, pois é uma cultura organizada e com recursos para apoiar as suas necessidades (NITSCH, 1999).

O ensino do empreendedorismo no Brasil ainda é recente, entretanto vem apresentando características próprias e muita vitalidade. Tem por objetivo fazer com que os alunos aprendam a realizar um profundo estudo de viabilização de seu próprio negócio, “conhecendo que é fundamental que sua empresa ou projeto seja extensão do seu próprio mundo interior” (DOLABELA, 1999b, p. 91).

A nova proposta, de acordo com Dolabela (2001), é o esforço no desenvolvimento das características pessoais necessárias ao empreendedor de sucesso. O autor afirma, ainda, que é possível aprender a ser empreendedor, mas sob condições diferentes das trazidas pelo ensino tradicional. Um dos grandes desafios do educador, na criação de futuros líderes, é despertar a criatividade do aluno, identificando suas potencialidades, facilitando seu desabrochar, levando em consideração no processo educacional o que o próprio aluno considera importante, interessante ou abrangente, e essas ações não são contempladas na educação conservadora.

Não basta, contudo, apenas ter uma boa formação acadêmica e permanecer estagnado. O momento é de busca constante de conhecimentos, pois as relações de emprego e renda estão mudando, bem como as qualificações para o trabalho estão afetando não só o Brasil, mas todos os países. Isso é o que nos mostra Carreiro (2001, p.1), ao afirmar que, “caminha-se para não se ter mais profissões, mas sim um conjunto de habilidades que devem ser permanentemente atualizadas e conciliadas com as mudanças e inovações”. Em 1999, o índice de alunos atingidos com o ensino do empreendedorismo foi de oito mil, também o número de incubadoras e parques tecnológicos³ teve um grande crescimento. De duas incubadoras em 1988, passou-se para setenta e quatro em 1998; em 1999 foram seiscentos e quatorze empresas incubadas gerando dois mil setecentos e sessenta e cinco empregos (DOLABELA, 1999b). Pode-se observar no Quadro 1, a seguir, o desempenho brasileiro na área do ensino universitário de empreendedorismo.

<i>ANO</i>	LOCAL	DISCIPLINA
1981	Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas - CEAG/SP	Novos Negócios
1984	Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas-SP	Criação de Novos Negócios-Formação de Empreendedores
1984	FEA/USP	Criação de Empresas
1984	UFRGS	Criação de Empresas
1985	FEA/USP	Criação de Empresas em Empreendedorismo em Base Tecnológica

³ Correspondem a modelos organizacionais avançados que potencializam as empresas, centros tecnológicos e universidades, com uma visão futurista (SENA, 2002).

1989	Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas - CIAG/SP	Mestrado e Doutorado
1992	FEA/SP-SEBRAE	Programa de Formação de Empreendedores - Profissionais da Comunidade
1992	UFSC	Escola de Novos Empreendedores-ENE
1992	UFPE-Recife/FACEPE	Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR
1992/1994	UFMG-GEPE/SEBRAE	Workshops
LOCAL		DISCIPLINA
ANO		
1993	UFMG/FUNSOFT	Metodologia de Ensino de Empreendedor O Empreendedor em Informática
1993	UFMG/FUNSOFT	
1995	CESAR/Softex	Pré - Incubadora /Projetos de Importação de Software
1995	Escola Federal de Eng ^a de Itajubá - EFEI	Centro Empresarial de Itajubá - GEFEI
1995	UnB/SEBRAE-DF	Escola de Empreendedores
1996	CESAR	Ensino do Empreendedorismo
1997	PUC - Rio	Instituto GÊNESIS p/Inovação e Ação Empreendedora
1997	MG/SEBRAE/FUMSOFT/IEL	Programa – REUNE - Rede de Ensino Universitário Empreendedor
1998	CNI-IEL/SEBRAE Nacional	Expandem o Ensino do Empreendedorismo em todo o Brasil
1999	UFSC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – PPGEP	Área de concentração em empreendedorismo
1999	UFPE- Centro de Informática	Implantação na Graduação
2002	UFSC - Programa de Pós-Graduação em Administração	Implantação na Pós-Graduação
2004	UFSC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento - PPEGC	Linha de pesquisa em empreendedorismo

Quadro 1: Histórico do ensino de empreendedorismo no Brasil

Fonte: Adaptado de Dolabella (1999b, p. 87-90), Gariba (2002, p. 15), Rocha e Filho (2007, p.4).

Apesar do crescimento, de acordo com Dolabella (2001), ainda há a falta de uma forte cultura empreendedora, pois a educação ainda não prepara para isso. Ressalta, ainda, que o movimento pelo empreendedorismo no País deve empenhar-se em avançar nas políticas abrangentes e específicas, criando condições objetivas e significativas, o que leva a uma busca de soluções para o desemprego e a competitividade da economia brasileira frente à globalização. Neste sentido, Melo (2002) elucida a idéia de que a universidade e suas relações com a sociedade não pode estar isolada das grandes transformações que vêm ocorrendo no mundo que direta e indiretamente, intervém nas políticas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas do Brasil.

3 UNIVERSIDADES

3.1 Um pouco de História

È indiscutível o entendimento de que a universidade na sociedade ocidental surge, segundo os estudos de diversos autores, no século XI e início do século XII. E a idéia de universidade apresentada aqui é voltada para a necessidade do ser humano em penetrar nos domínios do pensamento filosófico e saber sistemático como orienta Morthy (2001, p.1). Este autor ressalta que: “No século XIII já estavam criadas as primeiras universidades em Bolonha, Paris, *Oxford*, *Montpellier*, *Cambridge* e Pádua.”. Desta forma deu-se o início da universidade como o universalismo do saber, aspirado pelos intelectuais da época que desejavam ver a integração da cultura ocidental. Cabe ressaltar, no entanto, que a Instituição de cultura medieval, ao contrário do que se imagina, não era *universitas*⁴, mas *studium generale*.

Em 1190 se iniciou o processo de mudança que seria decisivo. Os alunos passam a se reagrupar de acordo com suas origens⁵. Neste período, os estudantes uniam-se para se proteger de cobranças da população local. Desta forma as “Nações” estudantis reagruparam-se, transformando-se em universidades. Tinham em sua direção a figura do Reitor. No que tange a sua função, o nascimento das universidades se deve a conjugação de dois fatores o social e cultural, assim como os interesses que também foram dois: o da Igreja e o do Estado. A universidade acabaria por surgir em consequência da atuação concomitante dessas condições e interesses. No intuito de fornecer pessoal qualificado para suprir as necessidades da Igreja, seja como mestres das escolas capitulares, pregadores ou bispos, as universidades estavam a serviço da Santa Sé (VERGER, 1990).

Procurando-se entender sua evolução ressalta-se que as universidades encontravam-se cada vez mais controladas pelas cidades e estados que, a exemplo da Igreja, esperava delas a formação dos letrados e dos juristas competentes para suprir suas necessidades administrativas em pleno desenvolvimento, além da contribuição que poderiam dar na elaboração de uma ideologia nacional e monárquica que acompanharam o nascimento do Estado Moderno. Apesar das críticas que vinham dos humanistas aos filósofos, a universidade resistiu, mesmo criando uma reputação negativa, assumida pelos historiadores.

Pesquisando-se sobre o desenvolvimento da universidade no que diz respeito as suas características como ensino, pesquisa e extensão ressalta-se que o modelo Parisiense, enfatizou a cultura generalista, sem maiores preocupações com a profissionalização. Tinham como discípulos os descendentes de famílias nobres e ricas. Era e ainda é o perfil de muitas universidades nos mais diversos recantos do mundo com a idéia do Ensino como conservação e transmissão do saber intelectual, independentemente da pesquisa.

O surgimento da nova universidade caracterizada pelos modelos divergentes e modernizados de acordo com Charle e Verger (1996) têm origem na França e Alemanha, entre o período de 1780 e 1860. Apesar de que a Universidade francesa manteve a postura essencialmente voltada para o ensino sem grandes preocupações com o desenvolvimento da pesquisa sua influencia quanto a modernização deve-se ao fato de colocar em destaque os valores da burguesia, o Iluminismo favoreceu ao aumento dessa camada social. Procurava uma explicação através da razão para todas as coisas, rompendo com todas as formas de pensar até então consagradas pela tradição. Rejeitava a submissão cega à autoridade e a crença na visão medieval teocêntrica.

Para os iluministas só através da razão o homem poderia alcançar o

⁴ Expressão latina, comumente utilizada para designar as corporações de professores e estudantes.

⁵ Ingleses, alemães, provençais, lombardos, toscanos, etc

conhecimento, a convivência harmoniosa em sociedade, a liberdade individual e a felicidade. A razão era, portanto, o único guia da sabedoria capaz de esclarecer qualquer problema, possibilitando ao homem a compreensão e o domínio da natureza. Esta concepção permitiu de um modo geral a modernização das técnicas pedagógicas de ensino, superior voltadas ao conhecimento científico. Refletindo-se sobre concepções de ser humano que influenciam o desenvolvimento das universidades constata-se que nos séculos XV e XVI o homem passa a ser o principal personagem. A razão e a natureza passam a ser valorizadas com grande intensidade.

A nova concepção de ser humano influencia a formação do ensino superior, o modelo francês volta-se para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas; o modelo alemão enfatiza a formação geral, científica e humanista, com enfoque na totalidade e universalidade do saber e na conseqüente importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão central da universidade. Enquanto a universidade francesa, desde Napoleão, é mantida e dirigida pelo Estado, tornando-se uma espécie de aparelho ideológico deste, com pequena autonomia frente aos poderes políticos; a universidade alemã, embora sendo instituição do Estado, por ele mantida e vivendo sob a sua vigilância, conservou uma parte notável do seu caráter corporativo e deliberativo, gozando de liberdade de ensino e de pesquisa, nas suas primeiras décadas de funcionamento, no século XIX. Percebe-se assim que com tais idéias gestou-se a concepção do ser humano moderno e que as universidades tornam-se os principais veículos de disseminação social do modelo de ser humano que se pretende para os respectivos momento e espaço.

Numa visão contemporânea, o Estado como provedor da maior parte das universidades, tem causado pressão, para que o ensino e a pesquisa gerem lucro, subtraindo desta forma, uma participação mais assídua do governo. Conforme Terra (2001, p. 11) essa pressão proporcionou que “[...] em países como EUA e o Japão, essas instituições se tornassem estruturas empresariais”. Também em países emergentes na América Latina como o Brasil, “[...] é possível associar a independência acadêmica, a produtividade científica e a cooperação com o setor produtivo, levando o ambiente universitário até esse novo patamar de mudança” (id).

3.2 Universidades Empreendedoras

A universidade desde os primórdios de sua criação, vem se desenvolvendo e estabelece-se como geradora e disseminadora do conhecimento produzido e acumulado pela sociedade. A ciência e a tecnologia reunidas, justificam sua existência pela produção de conhecimento, a partir de práticas de pesquisas e desenvolvimento, para auxiliar as necessidades humanas. É o que relata Melo (2002, p.49):

Nesse quase nove séculos de seu aparecimento no Ocidente, tem procurado conhecer o homem e seu comportamento na sociedade, possibilitando o conhecimento de realidades até então fronteiriças da ciência. As universidades tiveram papel importantíssimo no desenvolvimento e aperfeiçoamento de grandes invenções, geraram ciência e tecnologia que se puseram a serviço da sociedade e, conseqüentemente foram responsáveis por mudanças no comportamento do ser humano em sociedade. Portanto, não alheias à história dos povos.

A estrutura acadêmica da universidade é fragmentada e de características próprias. Apresenta-se conforme Melo (2002), como uma organização formal e

complexa, com metas duvidosas, com alunos cada vez mais exigentes, com profissionais com alto grau de escolarização, com tecnologia variada, muitos problemas, mas também com responsabilidade social. O autor ressalta sua importância como instituição, como fonte inesgotável de estudo, firmando-se cada vez mais partícipe do cotidiano dos seres humanos.

O processo de mudanças sociais vem sendo desafiadores também para estas instituições, pois nem sempre as universidades, podem atender a critérios difíceis de serem implementados. Além do enfrentamento de resistência a mudanças dentro da própria instituição, pois, construção do novo, esbarra muitas vezes no modelo tradicional. Existe uma necessidade social para explicar o surgimento de uma reestruturação, em que empresas governo e universidades vêm organizando projetos de parceria para intensificar a transação do conhecimento, tecnologias, em relação a produtos. É o que afirma Terra (2004, p.13): “A educação superior está sendo reinventada dentro destas transformações, com as relações universidade-empresa-governo baseadas na dinâmica da produção de conhecimento e na economia de mercado”. De acordo com a autora esta tríade corresponde aos integrantes do Sistema de Inovação.

Isso se deve ao fato de que o desenvolvimento econômico não é mais medido pelos recursos naturais, matérias primas, toneladas e outros, mas cada vez mais pelo capital humano, talento humano, criatividade, conhecimento e capacidade. Desta forma a universidade como formadora, transfere para o mundo exterior boa parte do conhecimento e da inovação.

No entanto, a preocupação não deve estar voltada apenas para a formação de profissionais para atuar em empresas, mas para o desenvolvimento do espírito empreendedor. Assim, o esforço da universidade para desenvolver a cultura empreendedora entre alunos, técnicos, docentes amplia a importância sócio-econômica da universidade e ao mesmo tempo abre caminhos para viabilizar a sustentabilidade institucional por meio da captação de recursos e um retorno de investimentos realizados em pesquisas. Corroborando com esta afirmação Rocha e Filho (2007, p.7) argumentam que:

O desenvolvimento da prática do Empreendedorismo, e a geração de empreendimentos inovadores, são vistos hoje no meio acadêmico, no meio empresarial, pelo governo e pela sociedade em geral, como um elemento impulsionador de geração de riquezas, de empregos e de desenvolvimento continuado de um Estado/Região.

Deste modo, é preciso muita paciência e flexibilidade. No contexto da sociedade globalizada, em que o conhecimento e as inovações tecnológicas são pontos estratégicos para a inserção de profissionais no mercado de trabalho, bem como, para a sobrevivência das organizações, as instituições superiores, não podem estar presas a paradigmas tradicionais. O momento é de repensar currículos de forma a contemplar novos conhecimentos e inovações tecnológicas. “É preciso ser dinâmico o suficiente para formar profissionais que compreendam, interfiram nas mudanças, mas que sejam capazes de implementar e suportar as novas descobertas da ciência e tecnologia” (MELO 2002, p.57).

Além disso, a promoção de cursos de pós-graduação, de formação continuada, organização de eventos, o intercâmbio com a sociedade que resultem na criação, desenvolvimento e consolidação de uma cultura empreendedora, possibilitam que a inovação esteja cada vez mais, inserida na filosofia de ensino das instituições superiores assumindo, dimensões imensuráveis de modo a atingir um progresso e bem estar da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o mundo atual confronta-se com mudanças aceleradas. A globalização é a mundialização dos mercados, com novas exigências e fatores de competitividade. A vantagem competitiva de uma empresa deixou de ser o capital físico, passou a ser o capital humano, numa visão de que o fator permanente de riqueza é o homem, sua capacidade intelectual e o seu conhecimento. Nessa perspectiva a universidade tem um papel importante de alimentar e sustentar a sociedade do conhecimento e isso exige que seus objetivos sejam cumpridos com modernidade e grande qualidade. Assim, é importante que as universidades tenham novas formações voltadas para utilização de novas tecnologias, além da iniciativa de correr riscos com alto potencial de inovação.

As universidades brasileiras, ainda estão aquém de corresponder a todos os quesitos da sociedade hodierna, devido às características do tradicionalismo que ainda imperam em nossas licenciaturas. No entanto, a pedagogia do ensino superior tem progredido com novos conceitos e métodos. Um exemplo disso é a criação de disciplinas voltadas ao ensino do empreendedorismo, trazendo em sua essência o envolvimento de um grande número de pessoas, compartilhando idéias com o intuito de tornar a universidade mais susceptível aos setores produtivos.

Externa-se assim, a necessidade de distribuir responsabilidades e conscientização de maneira integrada fomentando-se uma troca de conhecimentos, na qual as organizações colocam-se em contato direto com a ciência e a tecnologia, bem como, a universidade tem o acesso direto as informações de mercado quanto à sua investigação, também, o acesso a equipamentos e experiências complementares, além da oportunidade de futuro aos estudantes, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. P. **Educação para empreendedorismo: núcleo de estudos do empreendedorismo**. Salvador: UCS, 1998.

BUENO, S.. **Mini-dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000 p.223-452.

CARRETEIRO, R. P. **Preparando-se desde jovem para empreender**. Disponível em <http://www.projeto.org.br/tv/prog03/html/ar_03_01.html>. Acesso em: 10 jun. 2001.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Editores Associados, 1999a, p.43-68.

_____.O ensino de empreendedorismo: panorama brasileiro. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. **Empreendedorismo: ciência, técnica e arte**. Brasília: CNI. IEL Nacional, 1999b. p. 85-91.

_____. **O ensino do empreendedorismo no Brasil.** Disponível em: <http://www.projetoe.org.br/tv/prog10/html/ar_10_01.html>. Acesso em: 10 jun. 2001.

_____. **O empreendedorismo virou moda?** Disponível em: <<http://www.starta.com.br/informe/13/artigodolabela.asp>>. Acesso em: 12 abr. 2007.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (*entrepreunership*):** prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 2000.

FILION, L. J. O empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. **Empreendedorismo:** ciência, técnica e arte. Brasília: CNI. IEL Nacional, 1999b, p. 15-25.

GARIBA Chames Maria Sttalliviere. ***Personal Dance, uma proposta empreendedora.*** 2002.133f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

GOMES, A. F. **Mulheres empreendedoras.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.

HAEMING, W. K. **Gerenciamento da comunicação numa perspectiva empreendedora: uma reflexão sobre a linguagem do discurso pedagógico.** 2001.142f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

MARQUES, Renato. **Universidades empreendedoras:** Cada vez mais, instituições investem em iniciativas empreendedoras. Disponível em: <<http://www.universia.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2007.

MELO Pedro Antônio. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras.** 2002. 330f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

MORHY, Lauro. Universidade ontem e hoje...e amanhã? **Revista da UNB.** Universidade de Brasília: Ano I, nº4, dez.2001.

NOVO, Luciana Florentino; MELO Pedro Antônio. Universidade empreendedora: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social. In: MELO Pedro Antônio;COLOSSI Nelson (Orgs) **Cenários da Gestão universitária na contemporaneidade** Florianópolis:Insular, 2004, p.17-35.

NITSCH, J. C. *et al.*, Programa jovem empreendedor: espírito empreendedor & mudança de comportamento. In: 1º ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORES-ENEMPRES (1999: Florianópolis). **Anais do 1º Encontro,** Florianópolis: ENE/UFSC, 1999. p.53-63.

PETRI, Orestes. **Educação a distância:** uma prática educativa mediadora e mediatizada. Disponível em < <http://www.cefetsc.edu.br>>. Acesso em: 12 set. 2007.

ROCHA Jacira Guiro Carvalho; FILHO Edson Costa de Barros Carvalho. **Universidade Federal de Pernambuco empreendedora.** Disponível em < <http://www.universidadesempreendedoras.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2007.

SEBRAE. **Programa Sebrae de Incubadoras de Empresas.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/incubadoras%20de%20Empresas.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2002.

SENA. **Sistemas nacionais de innovación. Sistemas Regionales.** Disponível em: <http://www.colciencias.gov.co:888/sni/sis_reg/sisreg_parptecn.htm>. Acesso em: 25 jan. 2002.

TERRA, Branca. **A transferência de tecnologia em universidades empreendedoras: um caminho para a inovação tecnológica.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.205p.

UFSC/LED-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA/LABORATÓRIO DE ENSINO A DISTÂNCIA. **Formação Empreendedora na Educação Profissional: capacitação a distância de professores para o empreendedorismo.** Florianópolis: UFSC/LED, 2000 p.13-61.

URIARTE, L. R. *et al.*, Características empreendedoras necessárias para sobrevivência no mundo dos negócios. Florianópolis: **Escola de Novos Empreendedores**, 2000.p.1-9.

VERGER, J. **As universidades na idade média.** Trad. F.M.L. Moretto.São Paulo: UNESP,1990.

VIEIRA, S.I. *et al.*, **Empreendedorismo na área rural, no setor leiteiro: estudo de caso.** Florianópolis: Mestra, 2001. p. 1-16.